Autor: Rodrigo Medina Zagni Área do Conhecimento: História Área Específica: História Contemporânea Ano: 2009 Publicação:

## Neonazismo, entre o subterrâneo e a superfície

## Rodrigo Medina Zagni

Historiador, Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo e docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul

Se pensarmos o fenômeno do neonazismo no Brasil de forma articulada aos movimentos neonazis europeus, ambos descendem não só do regime totalitário liderado por Adolf Hitler de 1933 a 1945; mas deitam raízes profundas no eugenismo do século XIX.

Isso para dizer que a eugenia, validação pseudo-científica para o escalonamento do humano em raças, também exerceu forte influência no pensamento social e nas políticas de Estado não só na Europa, mas também na América Latina.

Fruto do darwinismo social, esse tipo de teorização ganhou lugar nas nascentes ciências humanas no arcabouço teórico de uma Antropologia rácica e de uma Sociologia genética, que buscavam nas sociedades européias e no norte da América os paradigmas do progresso e da modernização que deveriam perseguir os Estados nacionais, depurando-se o corpo da sociedade dos "estigmas do atraso". Seus "elementos arcaicos" e que deveriam sucumbir seriam tanto os índios nativos como os negros trazidos da África. Sendo assim, tanto a "libertação" de 1888, seguida da completa exclusão do componente afro-descendente da economia formal brasileira e do próprio espaço nos centros urbanos, quanto o fomento à imigração européia no mesmo período (para a vinda de italianos, alemães, sírios e libaneses), são movimentos articulados a uma política de branqueamento que prometia depurar as raças, nas Américas, dos "nocivos componentes da miscigenação".

A eugenia ganhou lugar, na Europa, fundamentalmente na ciência médica e na Biologia, que aliadas à percepção rácica partilhada nas ciências humanas, criaram a idéia de inimigos genéticos e biológicos à constituição das "sociedades superiores".

Com a ascensão do regime nazista em 1933, mais gravemente com Adolf Hitler auto-proclamado *Führer*, a Alemanha reunia o conjunto de pré-condições para que a eugenia se tornasse política de Estado, como instrumento de uma convicção de superioridade civilizacional que remontava à mitologia nórdica e sua crença na existência de homens-deuses (arianos), que teriam decaído por meio da miscigenação (com "raças bestiais") e, com isso, perdido suas capacidades sobre-humanas que os possibilitariam governar as demais raças, aniquilando aquelas entendidas como inferiores ou colocando-as a seu serviço.

Na América Latina, a simpatia e a admiração ao novo regime, verifica-se desde as esferas governamentais até colônias de imigrantes europeus.

No caso argentino, chileno e brasileiro, houve intensa simpatia de setores das Forças Armadas ao

germanismo, fundamentalmente a partir das ações militares da *Wehrmacht* (Forças Armadas alemãs) em desacordo com o restritivo Tratado de Versalhes, desde a intervenção da *Luftwaffe* (arma aérea alemã) na Guerra Civil Espanhola (1936), a ocupação da região desmilitarizada do Reno (1936), a anexação da Áustria e da Tchecoslováquia (1938) e a ocupação da Boêmia e da Morávia (1939), todas anteriores ao marco inicial da Segunda Guerra Mundial, a invasão à Polônia (1939).

Particularmente na Argentina, com o fechamento das academias militares para formação de oficiais de carreira e a designação de aspirantes para estudar em centros de formação na França, Alemanha e outros países, resultou numa clivagem entre grupos distintos de oficiais: aquartelados, de formação francesa; e operacionais, de formação alemã, versados nos manuais de guerra prussianos. Sendo assim, verifica-se a simpatia ao germanismo numa dimensão da sociedade argentina com fortíssima influência nas estruturas de poder. Dessa tradição militarista germânica descendem, por exemplo, os oficiais do GOU, que tomariam o poder na Argentina em 1946 e cuja figura máxima foi, sem sombra de dúvidas, Perón.

No Brasil, o "passo em falso" de Getúlio Vargas em direção aos regimes totalitários europeus, enquanto negociava vantagens com os aliados (principalmente com os Estados Unidos), somado às características dúbias de suas políticas, deram margem também para se especular sua simpatia em relação ao nazismo, principalmente após o polêmico discurso proferido a bordo do navio Minas Gerais, durante o almoço de comemoração ao dia da Marinha do Brasil, em companhia do alto escalão das armas brasileiras, em junho de 1940, no qual parecia exaltar a política nazista.

A simpatia ao germanismo por parte das FA's, principalmente após a crise diplomática anglobrasileira (desencadeada pelo apresamento, em 1940, de navios mercantes brasileiros pela *Royal Navy*, marinha inglesa), quase fez a política brasileira, na balança, pender para o lado dos regimes fascistas, enquanto setores expressivos do exército já declaravam que a Alemanha não precisava fazer campanha pró-Eixo na América Latina, os aliados a faziam; isso agravado pelos *Neutrality Acts*, promulgados no contexto do *New Deal* e que impediam os EUA de comercializar armas com outros países, o que na prática aproximou o Brasil da Alemanha no âmbito do comércio internacional de armas.

Há ainda registros sobre a presença de agentes da Gestapo (a polícia secreta nazista) em colônias germânicas no sul do Brasil pelo menos desde 1935, com a finalidade de promover o regime nazista na América e de conformar núcleos pára-militares que pudessem ser acionados em caso de expansão do regime.

A documentação encontrada após o fracasso da intentona integralista em 1938 comprova, no mínimo, a influência que o ideário nazi-fascista exerceu sobre movimentos de caráter ultranacionalista e de extrema-direita, como aquele liderado por Plínio Salgado.

Sabe-se já que, após o término da Segunda Guerra e com o fim do regime nazista, empresas brasileiras de capital alemão teriam conformado uma rede para acolhimento e amparo a oficiais nazistas que fugiam da Europa, fenômeno que ocorreu também na Argentina, Chile, Uruguai e outros países latino-amerianos que contavam com setores expressivos da comunidade germânica engajadas ainda à causa nazista.

A questão a se perguntar é se esses setores teriam se desmobilizado, se não, para quais herdeiros deixaram seu legado.

As tentativas de retomar em alguma medida o nazismo na Europa, como força política, na forma do neonazismo, não se dão mais em segredo, tampouco ocorrem no âmbito da informalidade. Ganham as ruas nas formas de manifestações públicas, resgatando antigos símbolos como a suástica e as novas-velhas palavras de ordem, invariavelmente palavras de ódio.

Partidos como a NPD alemã e a Frente Nacional Francesa declaram ideologias muito próximas ao ideário nazifacista da década de 1930, cooptando um número cada vez maior de eleitores à causa do

ódio ao imigrante, do racismo, das condutas de discriminação a homossexuais e demais tipos sociais vistos como inferiores.

Esses grupos centram parte de seus esforços na negação do Holocausto, no intuito de reabilitar o nazismo como projeto político depurando-o dos resultados sombrios de suas próprias políticas, que no caso judeu contabilizam em torno de 6 milhões de vítimas.

Gabriel Josipovici associa esse revisionismo à crescente onda de anti-semitismo que assola a Europa, demonstrando força na aceitação leiga daqueles que desconhecem o passado, objeto de contenda no presente.

Ao passo da frágil ilusão do mundo como uma "aldeia global", no epicentro de um caos sistêmico, assistimos à ascensão de grupos e partidos políticos de extrema direita, muitos abertamente defensores de políticas racistas, xenófobas e homófobas, no Velho e no Novo Mundo.

Há um evidente descompasso entre o discurso de aceitação da diversidade cultural em um mundo "cada vez menor" e o comportamento de povos europeus, notadamente cultos como franceses, ingleses e alemães, no trato com imigrantes africanos, hindus, turcos, latino-americanos e árabes.

Do movimento da periferia do sistema capitalista em direção ao centro, para onde confluem capitais; mas para onde não podem os pobres do mundo migrar, resulta a ascensão de velhos e novos nacionalismos.

Na Alemanha, os neonazistas do *Nationaldemokratische Partei Deutschlands* (o NPD), liderados pelo jurista Peter Marx, representam, em termos políticos, causas do neonazismo.

No discurso do partido inclui-se, entre outras coisas, a atribuição do desemprego que atinge boa parte dos jovens alemães aos imigrantes turcos, ao contrário do que qualquer estatística racional possa concluir em relação à proporção entre a força de trabalho estrangeira e a alemã naquele Estado, sem levar em consideração que aos imigrantes é destinado, via de regra, o subemprego.

Saxônia, junto de Brandemburgo e demais Estados do Leste da Alemanha, fizeram parte da lista de lugares "não recomendados" para negros durante a Copa do Mundo de Futebol de 2006, segundo documento do Conselho Africano na Europa.

Aliás, o futebol vem se tornando um recorrente ambiente para o exercício de racismo e xenofobia na Alemanha. O país que foi berço do Romantismo alemão, que já carregava uma forte conotação anti-semita, é hoje berço de grupos como os Hoo-Na-Ra (hooligans, nazistas e racistas), que entre outras manifestações de intolerância e violência levaram, recentemente, a um jogo entre Cheminitz e St. Pauli uma bandeira com o desenho da suástica.

Jogadores negros na Europa vêm sofrendo violências constantes por parte desses grupos, como o nigeriano Ade Ogungbure, do time alemão Sachsen de Leipzig, que durante um jogo contra o Hallescher foi alvo de cusparadas e insultos como "macaco" e "negro sujo". O time, em resposta nos jornais, pintou-se de negro ostentando uma faixa com a frase: "Nós somos Ade"; e as torcidas alemãs, nos jogos seguintes, exibiu em resposta faixas onde se lia: "Vocês são Ade, nós somos brancos!"

Mas a Alemanha não detém o monopólio do anti-semitismo, do racismo e de outras intolerâncias, tampouco dos *hoolingans*, que além da Inglaterra organizam-se na Polônia e também na Holanda. Vários jogadores brasileiros já sofreram este tipo de violência, mais comumente nos campeonatos inglês e espanhol.

A França das luzes também foi entenebrecida pela direita ultra-reacionária. Em 2002, quando foram divulgados os resultados do primeiro turno da eleição presidencial francesa, o mundo prendeu a respiração com o sucesso de Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional Francesa, grupo político com intrínsecas relações com a NPD.

A versão austríaca do fascismo é o partido de extrema direita FPÖ. Apesar de pelas leis nacionais a apologia ao nazismo ser crime, jovens militares do exército austríaco chegaram a veicular imagens

nas quais exaltavam o nazismo, incluindo a saudação nazista, no mundialmente popular site "You Tube".

No Brasil, o neonazismo se encontra numa perigosa transição: do subterrâneo à superfície. No submundo, com suas condutas precariamente criminzalizadas, os membros de grupos neonazis se escondem "a céu aberto"; contudo, ainda na clandestinidade, o que não os impede de alcançar cada vez mais visibilidade e com isso cooptar novos membros para causas de intolerância.

Podem ser facilmente localizados se organizando em *sites* de internet, inclusive com portais de conteúdo que vão desde artigos pseudo-científicos (pessimamente escritos), até itens de divulgação cultural como músicas e filmes.

Em sites de relacionamento como o *Orkut* ou o *MySpace*, também são facilmente localizados por meio tanto de seus perfis individuais como em comunidades que disponibilizam uma gama assustadora de materiais que pregam o ódio, a violência e o extermínio daqueles que recebem a fecha de inferiores.

A "céu aberto", carregando socos-ingleses, ostentando tatuagens e símbolos que fazem apologia ao nazismo, podem ser facilmente reconhecidos em bares e casas noturnas que, à boca pequena, já se sabe que são destinados a este público-alvo.

No Brasil, bem como na Europa, esses grupos se ramificaram em distintas correntes muitas vezes conflitantes entre si, cada qual reivindicando os "verdadeiros" princípios do nazismo. Carecas, *White Powers*, parte do movimento *Skinhead*, as denominações são muitas.

Quanto aos inimigos, esses coincidem e dão unicidade a todos esses movimentos, à sombra daqueles que devem ser aniquilados: judeus, negros, nordestinos, homossexuais e comunistas, são todos alvos de ataques físicos e morais.

Defendem desde o restabelecimento do regime ditatorial brasileiro até o separatismo dos três Estados sulistas, passando pelo revisionismo sobre o Holocausto, o clamor à volta do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), dos esquadrões da morte, a "repatriação" de nordestinos para seus "Estados de origem" e até mesmo a "devolução" de negros descendentes de escravos ao continente africano (!!!).

Ancorados em argumentos pretenciosamente racionais, o discurso revela-se num tipo de intolerância selvagem, ou seja, ainda que reivindicando uma base explicativa científica (intolerância categórica), a matriz da argumentação é invariavelmente ideológica, desde os textos divulgados em periódicos digitalizados na *internet* até as músicas que professam esse tipo de ideologia.

O escalonamento rácico, notadamente refutado tal qual o eugenismo do século XIX, ainda é utilizado, anacronicamente, para depreciar a miscigenação que caracteriza a sociedade brasileira pela diversidade, bem como o multiculturalismo, valorizando-se a herança européia em detrimento dos componentes negro e indígena, constitutivos da sociedade brasileira.

Com isso, fazem a defesa de uma superioridade branca na América, numa luta ainda em curso contra os "degeneradores da raça" e de uma moral que não se define senão pela intolerância, uma espécie de moral daqueles que se constituem como superiores pelo exercício da força: uma moral do sangue.

Sendo assim, a ação política desses grupos de intolerância é a violência. Seus atos de intolerância, que vão desde a depredação de patrimônios culturais que identificam os bestializados, até o espancamento e assassinato daqueles que estão condenados apenas por existir, pautam suas condutas criminosas.

Os itens de divulgação cultural postos em circulação, para profusão dessa ideologia e para a cooptação de novos membros, visam notadamente o público jovem. Desde imagens estampadas em camisetas, imagens em circulação na *internet*, até textos panfletários e músicas disponibilizadas em formato ".mp3" para *download* na rede mundial de computadores, contêm retóricas explicativas

para a pobreza, para o desemprego e para a criminalidade, culpando-se "inimigos raciais". Almejam uma sociedade justa e igual, mas apenas para iguais, aqueles que se auto-intitulam os "mais aptos" e, sendo assim, únicos portadores do direito de existir. A desigualdade seria superada por meio da aniquilação dos desiguais, ou sua total subserviência.

Festas, bares, casas noturnas e ambientes virtuais como *sites* de relacionamento, meios pelos quais circulam e são difundidas ideologias de ódio, propositadamente destinam-se a públicos adolescentes e jovens, revelando, no sucesso de sua cooptação, uma grave falha dos instrumentos de educação pública que deveriam estar voltados à formação de uma cidadania planetária, focada na convivência com a diversidade.

Tanto a intolerância selvagem, que prega o ódio pelo ódio; quanto a intolerância categórica, que prega o ódio com pretensas explicações racionais, só acionam a identificação naqueles a quem falta o componente histórico e educacional, bem como a dimensão ética do existir em sociedade e uma moral pautada no reconhecimento do outro, sendo assim, na aceitação do diverso.

O Estado que tão somente vigia e pune, não consegue chegar ao público alvo desses grupos de intolerância e cooptá-los para uma cultura da paz, tornando-se possíveis perpetuadores de uma cultura do ódio já consolidada como tradição.

E como tradição, condutas racistas, homofóbicas, anti-semitas e discriminatórias de qualquer forma, são diluídas no cotidiano e percebidas como signos da normalidade. Essa é sua face mais nociva, aquela que fomenta a indiferença frente à ação desses grupos e, no outro extremo, seu apoio e engajamento irrestrito.

A questão é que não sabemos ainda a dimensão total do perigo que representam esses grupos. Não há, na legislação brasileira, a tipificação ou qualificação dos delitos de intolerância; não há ações do poder público para promoção dos direitos humanos no âmbito do ensino de uma ética planetária, senão residuais e insatisfatórias no contexto do sucateamento do ensino público; e não sabemos, por fim, o quanto esses grupos já conseguiram penetrar as estruturas de poder. Não sabemos se há policiais engajados em grupos neonazistas, não sabemos se há funcionários dos poderes que legislam, julgam e executam as leis, simpáticos a essas causas de ódio, pois essa é a dimensão ainda subterrânea desses movimentos.

Pisamos no terreno pantanoso das incertezas, cercados por uma cultura de impunidade e pela falta de educação.

Contudo, o que sabemos já nos dá a dimensão dos desafios.

Se as condutas de intolerância deixam o campo da consciência plena e, gradativamente, dos hábitos se cristalizam como tradições ( tornando-se inviável a penetração de argumentos racionais para chamar o algoz à reflexão sobre seus atos e convicções), é possível criar uma contracultura, da educação humanística aos hábitos de tolerância, para a criação de uma cultura da paz, a ser ensinada, construída e mantida por um instrumento de tolerância.

## Descrição:

Texto originalmente escrito para o jornal "Folha de São Paulo".